

## OPINIÃO

O governo federal aumentou a duração do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Qual a sua opinião?

**Fabiane Tonetto Costas, 37 anos, professora do Departamento de Fundamentos da Educação**

“Se a antecipação de um ano na escolarização significar de fato um processo de alfabetização que se inicie precocemente, mas que signifique construção de conhecimento, construção de mundo letrado, é extremamente positiva a medida. Entretanto, se na realidade for apenas a antecipação maior de uma escola que ainda leva em conta o conteúdo muito mais do que o processo de construção do conhecimento, nós vamos antecipar a evasão e a repetência”.



FOTOS: ANA PAULA INOUEIRA

**Marta Barboza, 43 anos, Assistente em Administração do Colégio Agrícola**

“Eu acho uma iniciativa boa a partir do momento em que a gente já procurava escolas que dessem a oportunidade para as crianças de seis anos fazerem a 1ª série e só as escolas particulares que aceitavam e as municipais e as estaduais não. Acriança tem um bom rendimento. Eu sei pelo desenvolvimento das minhas filhas que ingressaram com seis anos e estão acompanhando bem”.



**Celso da Silva, 54 anos, professor do Departamento de Física**

“Eu acho positivo porque na prática isso já vem acontecendo. A maioria dos pais coloca as crianças antes na escola. Acredito que vai ser bom, pois aumentará a permanência na escola e isso vai acabar melhorando a educação em um médio prazo. Tudo que vem para acrescentar na educação é positivo”.



**Lisandra Brisola Venturini, 25 anos, acadêmica do curso de Pedagogia Pré-Escolar**

“Só será possível saber se isso será positivo ou não com o tempo. É preciso observar se será bom para a criança, se ela está preparada para entrar mais cedo em um novo ambiente social. As crianças vão desenvolvendo as suas habilidades conforme a idade, por isso, a entrada mais cedo na escola pode trazer conseqüências para as séries seguintes”.



# Reajuste dos docentes vira dramalhão mexicano

A greve de mais de 100 dias dos professores das universidades encerrou com alguns avanços e outros retrocessos. Porém, ao menos uma promessa do governo se imaginava que seria cumprida rigorosamente. O aumento médio de 9,25% nos salários a partir de janeiro, com a aprovação do projeto de lei nº 6368/05 pelo Congresso Nacional. O detalhe é que, já de início, houve erros crassos na redação do PL enviado pela Casa Civil do governo à Câmara. Isso levou a um atraso, prejudicando a relatoria da deputada Fátima Bezerra (PT-RN).

Assim, o tempo foi passando, e mesmo com o compromisso de que após a aprovação nas duas casas legislativas, o reajuste será pago retroativo, até o fechamento desta edição (3 de março), o substitutivo apresentado pela parlamentar ao projeto de reajuste aguardava o desenrolar de duas questões: a votação do Orçamento Geral da União de 2006 e a votação de quatro Medidas Provisórias que travavam a pauta. A expectativa tanto da assessoria da deputada Fátima Bezerra como da do deputado Carlito Merss (PT-SC), relator do orçamento da União, era de que a partir de terça, 7, finalmente começasse a ser solucionado esse dramalhão, cujo papel de palhaço coube aos docentes.

Para a presidente do ANDES-SN, professora Marina Barbosa, toda essa situação vexatória enfrentada pelos professores comprova “o desprezo do governo pela categoria.” Segundo ela, ficou provado que o governo tinha dinheiro durante a greve para atender às reivindicações da categoria, mas não o fez. E, mesmo impondo uma proposta salarial, que foi rejeitada de forma ampla, de norte a sul do país, na hora de aprovar o projeto no Congresso, enviou um documento recheado de

erros. Marina diz que o único fato positivo no substitutivo da deputada Fátima Bezerra é de que a parlamentar fez correções que evitam interpretações jurídicas que pudessem levar à redução salarial.

Entretanto, até por aspectos da atribuição dos deputados, a essência do projeto enviado pelo Executivo está mantida.

**REAJUSTE-** O deputado Carlitos Merss informou em reunião com os servidores federais de que existiria um total de R\$ 5,1 bilhões no orçamento da União em 2006 para reajuste do funcionalismo. Entretanto, conforme a presidente do Sindicato Nacional Docente, é preciso acompanhar esse processo de perto, pois há visões contraditórias a respeito. Segundo Marina, há versões de que esse valor incluiria a maioria dos acordos feitos com diversas categoria dos servidores no ano passado. Outras versões falam que seria um recurso a mais para reajustar o funcionalismo. Então, diz ela, é preciso acompanhar detalhadamente e verificar o resultado final da aprovação orçamentária. Aliás, a partir de abril, a Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais se dedicará a uma ampla campanha salarial.

Falando sobre as expectativas para as deliberações do 25º Congresso do ANDES-SN, Marina Barbosa destacou que 2006 será o ano de resistir às diversas alterações propostas pelo governo na Educação Superior. Isso inclui tópicos como a ampliação dos cursos de Ensino a Distância e, o próprio papel das fundações de apoio. Para a professora e sindicalista, o que se percebe no horizonte é uma tentativa de consolidar um projeto de universidade que prescindir do financiamento público, por isso, a justificativa de colocar esse tema como central no Congresso de Cuiabá.

“Governo despreza os professores”

Marina Barbosa



Marina Barbosa, presidente do ANDES-SN